

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A. - CELESC

NIRE 42.3.0001127-4

CNPJ/MF nº 83.878.892/0001-55

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Data, hora e local: Aos 19 dias de setembro de 2013, às 9 horas, na sede social da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc, com endereço à Avenida Itamarati, 160, Bairro Itacorubi, na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, CEP 88034-900 ("Companhia").

Convocação e presença: Convocação feita em 12 de setembro de 2013, nos termos do Parágrafo 1º do Artigo 25º do Estatuto Social da Companhia. Presentes os Conselheiros Srs. Marcelo Gasparino da Silva, Milton de Queiroz Garcia, Pedro Bittencourt Neto, Andriei José Beber, Cleverton Siewert, Roosevelt Rui dos Santos, Edimar Rodrigues de Abreu, Antonio Marcos Gavazzoni, Derly Massaud Anunciação, Pedro Henrique Almeida Pinto de Oliveira e Jair Maurino Fonseca. Registrada a ausência justificada dos Conselheiros Ives Cezar Fulber e Sergio Ricardo Miranda Nazaré. Reunião instalada com a presença de, no mínimo, 7 membros, nos termos do parágrafo 3º do Artigo 25º do Estatuto Social da Companhia. **Mesa:** Presidente: Sr. Pedro Bittencourt Neto; Secretária: Sra. Vanessa E. R. Rothermel. **INFORMAÇÕES: 1. Relato do Presidente da Celesc Holding referente atividades da Empresa (Relator: Cleverton Siewert):** Em seu relato o Sr. Presidente comentou sobre a participação da companhia no Programa Celesc Solidária. Informou acerca da redução nos índices de inadimplência e os avanços nessa área. Comentou as principais negociações em face do Acordo Coletivo de Trabalho e Plano Previdenciário. O Conselho de Administração esclarece que a deliberação relativa as alterações estatutárias dependem da aprovação em Assembleia Geral de Acionistas. No entanto face a vacância dos cargos de Diretor de Relação com Investidores, Novos Negócios e Controle de Participações e de Advogado Geral, deliberada em 08 de agosto último, coube ao Diretor Presidente as respectivas atribuições e podendo delegar a outro Diretor da companhia nos termos da IN 0001-0002. **2. Status do Programa de Eficiência Operacional – (Relator: Roland Berger):** Feita apresentação da síntese das iniciativas do programa bem como o cronograma de implementação. O Conselho de Administração, por unanimidade, aprovou todas as iniciativas prioritárias do plano de eficiência operacional da Celesc, iniciativas que perfazem 80% do total de criação de valor do plano. Para os planos de ação retratados pelas iniciativas G1-3, G1-8 (DDI), G5-43 (DGC), G10-106 (DEF), G4-36, G4-35, G11-112 (DCL) e G6-65 determina o início imediato e antecipação do cronograma estabelecido em 12 meses. Para os planos de ação retratados pelas iniciativas G3-27 (DGC) e G11-111 (DCL) determina o início imediato e antecipação do cronograma estabelecido em 24 meses. O Conselheiro Jair Maurino Fonseca aponta restrição no plano de ação G2-17, por entender que a atividade deve ser privativa de empregado do quadro próprio da Celesc Distribuição. Para os demais planos determina o fiel cumprimento do planejado. Para exigüidade do acima definido, fica autorizado aporte adicional de orçamento no grupo Investimento, recursos estes que devem ser vinculados aos processos e iniciativas consignadas no Programa de Eficiência Operacional. Os valores orçamentários e outras necessidades para fazer frente ao referido Programa serão apresentados na próxima reunião desse Conselho. **3. Relato dos Comitês – Coordenadores: Comitê de Conduta Ética – Relator Conselheiro Edimar Abreu:** Foram relatadas denúncias de assédios e seus respectivos encaminhamentos administrativos. O Relator mencionou ainda a renovação da composição do

Comitê de Ética. **Comitê Estratégico - Relator Conselheiro Andriei Beber:** O coordenador informou que foram apresentados projetos de novos negócios provenientes da Chamada Pública e ofertas de aquisição. Também foram debatidos os resultados do contrato de gestão de janeiro a julho de 2013. **4. Resultado do Contrato de Gestão – Jan a Jul/13 (Relator Clairton B. da Silva):** Feita apresentação da variação/evolução dos indicadores, conforme Nota de Encaminhamento nº 175/2013; **PARA DELIBERAÇÃO - 5. Proposta de revisão do orçamento/2013 (Relator: José Carlos Oneda):** Apresentada a proposta de revisão de orçamento/13 (Nota de Encaminhamento nº 036/2013), decidiu o Conselho de Administração por aprovar a proposta, com as premissas e variáveis consignadas, as quais apontam para a preservação da parcela da CVA recebida pela Celesc Distribuição S.A. em setembro do corrente ano; **6. Deliberação sobre caixa mínimo (Relator: José Carlos Oneda):** Aprovado conforme Nota de Encaminhamento nº 037/2013; **7. Alteração da Instrução Normativa I- 132.0000 (Relator: André Bazzo):** O Conselheiro Milton Garcia se absteve de votar por haver conflito de interesse. Aprovada a alteração da IN – 132.0000, para empregados da Celesc Distribuição S.A. que exercerem cargo de Direção na Fundação Celesc de Seguridade Social, por prazo superior a 2 (dois) anos. **8. Autorização para acordo judicial (Relator: Antônio Linhares):** Apresentada a proposta para acordo judicial em processo de recuperação de crédito, conforme Nota de Encaminhamento nº 026/2013. O assunto retornará na próxima reunião. **9. Lançamento para perdas – Empresa Carlos Renaux (Relator: Antônio Linhares):** O Conselho de Administração tomou conhecimento da decretação judicial da falência da empresa Carlos Renaux e referendou o lançamento para perdas conforme Nota de Encaminhamento nº 021/2013. Conforme requerido pelos representantes dos acionistas minoritários e preferencialistas neste Conselho de Administração transcrevemos a seguir correspondência protocolada na Secretaria de Governança Corporativa em 13 de agosto de 2013, sob o n. 01/13: *“Florianópolis (SC), 13 de agosto de 2013. Ao Conselho de Administração da CELESC S.A. Nesta Senhor Presidente, Pedro Henrique Almeida Pinto de Oliveira, Roosevelt Rui, Ives Fulber, Sérgio Ricardo Miranda Nazaré e Edimar Rodrigues de Abreu, na qualidade de Membros Efetivos do Conselho de Administração das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC, sociedade por ações, com sede na Avenida Itamarati, 160, Bairro Itacorubi, Florianópolis-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.878.892/0001-55 (“Companhia”) e Pedro Henrique Almeida Pinto de Oliveira e Sérgio Ricardo Miranda Nazaré, na qualidade também de membros do Comitê Financeiro da Companhia, vêm, pela presente, cientes dos deveres e responsabilidades estabelecidas na Lei 6.404, de 1976 (a “Lei Societária”), após aprovação dos demonstrativos financeiros do 1º semestre de 2013, apresentar a seguinte manifestação, requerendo o respectivo registro no corpo da ata da reunião do conselho de administração da Companhia, do dia 19 de setembro de 2013. Nos últimos dois anos, houve significativa evolução na Companhia, sobretudo nos aspectos de robustecimento da Governança Corporativa, criação do Planejamento Estratégico (Celesc 2030) e aprovação do Plano de Eficiência Operacional. No entanto, apesar destas essas evoluções, a Companhia apresenta deficiências técnicas na área financeira, o que tem causado constante preocupação por parte dos Conselheiros signatários deste documento. Tal preocupação deriva, principalmente, da ausência de uma atuação mais forte no processo de construção do orçamento, da insegurança, instabilidade e imprevisibilidade do orçamento, com a apresentação de grandes variações, em curto espaço de tempo, nos valores orçados para o EBITDA e Lucro Líquido. Registram-se, ainda, a carência de acompanhamento sistemático de resultados (orçado x realizado), bem como a característica de o planejamento financeiro estar focado no imediatismo, em detrimento da análise do fluxo de caixa no longo prazo. O planejamento financeiro insuficiente, com a diretoria financeira baseando-se no fluxo de caixa de curto prazo, faz com que*

*a visão de longo prazo fique comprometida. Não há planejamento e visão estratégica sobre um plano de captação de recursos, que, inclusive, consta das atribuições da diretoria no Estatuto Social da Companhia. Recentemente, como resultado desse planejamento de curto prazo e falho, a diretoria financeira utilizou o cartão de crédito corporativo para pagamento de despesas correntes, o que é pouco eficiente do ponto financeiro. Diante das incertezas regulatórias, resultados fracos e redução gradual do seu nível de caixa, a diretoria financeira tardou em estruturar um plano mais robusto para a equalização da estrutura de capital da companhia e sua liquidez. Aludido conjunto de deficiências da diretoria financeira culminou com reporte intempestivo de nova interpretação sobre o impacto contábil de eventos subsequentes nos resultados da Companhia durante a última reunião do Conselho de Administração, sem prévia análise do Comitê Financeiro e sem compartilhar previamente tais ajustes com os Conselheiros e nem mesmo com o Diretor Presidente e Presidente do Conselho. Por fim, cabe enfatizar a urgência e desafio da Companhia em se ajustar aos parâmetros de remuneração de custos estabelecidos pela Aneel. Portanto, é diante deste cenário que requerem: i) a imediata e completa reformulação da área financeira, dotando-a de executivos e técnicos com experiência comprovada e amplo conhecimento do mercado financeiro e relações com investidores, à altura tanto da crescente sofisticação das condicionantes do êxito e da sustentabilidade da Empresa, quanto dos padrões praticados pelo mercado em que inserida a Celesc; (ii) aceleração da implementação do Plano de Eficiência Operacional, de forma que a Companhia venha a entrar o quanto antes em uma situação econômico-financeira de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Aneel.” Em resposta ao expediente acima transcrito, em 18 de setembro de 2013 o Diretor Econômico Financeiro, Sr. Jose Carlos Oneda apresentou os seguintes esclarecimentos: “Senhores Conselheiros, Cumprimentando-os cordialmente e na qualidade de Diretor Econômico Financeiro da Celesc, e em resposta a carta protocolada pelos Srs. Conselheiros representantes da Tarpon e da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI, onde solicita registro de manifestação no corpo da ata da reunião do Conselho de Administração da Companhia, do dia 19 de setembro de 2013, venho respeitosamente por meio desta, apresentar contraponto dos relatos na referida carta. **Ítem: “ausência de uma atuação mais forte no processo de construção do orçamento, da insegurança, instabilidade e imprevisibilidade do orçamento, com a apresentação de grandes variações, em curto espaço de tempo, nos valores orçados para o EBITDA e Lucro Líquido.” Resposta:** A Diretoria Executiva da Celesc na busca de construir projeções financeiras sólidas e com premissas claras e objetivas vem buscando formas de aperfeiçoar o trabalho. Em maio de 2011 foi criado o Comitê Orçamentário Permanente (deliberação 011/2011 – Anexo 1), coordenado pela Diretoria de Planejamento e Controle Interno – DPL, com a responsabilidade de construir e acompanhar a execução da Peça Orçamentária da Celesc H, Celesc G e Celesc D. Em novembro de 2011 para aprovação da Peça Orçamentária de 2012 foi apresentado juntamente com as projeções o Caderno de Orçamento (Anexo 2), contendo todas as premissas utilizadas para construção do orçamento da Companhia, tal caderno possui mais de 100 páginas, conforme anexo. A partir de abril de 2012, com a alteração estatutária, o Comitê Orçamentário Permanente foi reestruturado passando a ser coordenado pela Diretoria Econômico-Financeira – DEF (deliberação 028/2012 – Anexo 3), este Comitê trabalhou na busca de integrar todas as áreas da Companhia, aprofundando o conhecimento regulatório do setor elétrico. Em 22 de novembro de 2012 o Conselho de Administração – CA aprovou a Peça Orçamentária para o Exercício de 2013, tendo como fundamento as projeções financeiras e o Caderno de Orçamento (Anexo 4). Caderno de Orçamento foi construído com o objetivo de reunir em um único documento todas as premissas utilizadas para construção do orçamento da Companhia, contendo premissas de*

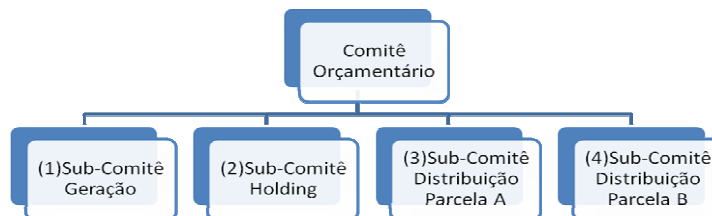


Celesc

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

mercado, premissas regulatórias e premissas para definição dos gastos gerenciáveis e não gerenciáveis. O orçamento de 2013 foi aprovado em 22 de novembro de 2012 sem os impactos da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012. Na ocasião já ficou agendado a primeira revisão da peça orçamentária com as premissas estabelecidas na referida Medida Provisória. Após aprovação do orçamento, a Celesc D, assim como todo o setor elétrico brasileiro, foi surpreendido por decisões governamentais, com o Despacho Térmico, fator até então desconhecido, imprevisível e de difícil quantificação financeira. Além do Despacho Térmico, o setor passou por significativas alterações regulatórias, ou seja, em 11 de janeiro de 2013 a MP nº 579/2012 foi convertida na Lei Federal nº 12.783 com reflexos significativos a partir de 24 de janeiro de 2013, dificultando a previsibilidade e segurança dos números até então projetados. A seguir apresentamos detalhamento destes fatores: **i) Despacho Térmico:** Os contratos de fornecimento de energia térmica, são contratos de disponibilidade, a Celesc D detém toda a energia despachada pelo Gerador, liquidando a parte não consumida no Mercado de Curto Prazo, vinculado ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. Os contratos possuem um Custo Fixo – CF, de fácil dimensionamento, e um Custo Variável – CVU, de difícil dimensionamento. O CVU depende do preço da matéria-prima utilizada, gás, óleo, diesel, etc. No Despacho Térmico tem-se algumas variáveis de difícil quantificação: 1 – Quanto foi/será despachado? 2 – Quanto foi/será consumido? 3 – Quanto foi/será liquidado na CCEE? 4 – Quanto foi/será o PLD? 5 – Quanto foi/será o CVU? 6 – Qual será a decisão do Governo? Despachar 100%? Despachar por ordem de mérito? A Diretoria Comercial – DCL, trabalhou intensivamente para desenvolver um modelo estatístico onde fosse possível projetar todas estas variáveis, o modelo foi sendo ajustado ao longo dos meses, pois tratava-se de um fator não-recorrente, sem base histórica, de difícil quantificação. Além disso, quando projetado para períodos longos a possibilidade de erro torna-se maior. Todas as projeções financeiras foram sendo construídas com base nestas informações, onde qualquer alteração impacta de forma significativa nas projeções de despesas de energia, constituição de CVA, reajuste futuro. **ii) Reajuste Tarifário:** Com o difícil dimensionamento do impacto do Despacho Térmico a previsão de reajuste tarifário e constituição de CVA se tornam imprevisíveis, tendo em vista que um fator depende de outro. Nos meses iniciais de 2013, a partir da vigência da Lei Federal nº 12.783/2013 e da crise provocada pelo Despacho Térmico, para evitar que o setor elétrico e as concessionárias entrassem em colapso várias medidas para o modelo regulatório foram implementadas, tais como: a) Sucessivas alterações nas liquidações financeiras, datas, prazos, valores; b) Alteração na metodologia do cálculo do PLD; c) Repasse automático do Encargo do Serviço do Sistema – ESS, obrigando a Companhia a reconhecer essa despesa para depois reconhecer a recuperação de despesa; d) Discussões sobre teto máximo de reajuste tarifário, 3%, 4%, 8%; e) Alteração da metodologia de repasse da CVA, até então via tarifa, agora via indenização do tesouro; f) Criação de Subvenção para cobertura da diferença entre a queda da tarifa e a queda das despesas de energia elétrica comprada para revenda; Diante deste novo cenário a Diretoria de Regulação e Gestão de Energia – DRG repassou todos os possíveis cenários, sendo que por tratar-se de cenários tão distintos, acabaram por gerar grandes impactos nas projeções financeiras. Com base nos novos cenários, a DEF realizou novas projeções financeiras, que foram submetidas ao Comitê Financeiro e ao CA em 21 de março de 2013, tendo sido aprovado a primeira revisão orçamentária do ano de 2013. (NE 012/2013 – Anexo 5) Após a finalização do primeiro semestre, e a definição do reajuste tarifário e a não confirmação da premissa de crescimento de mercado, definida pela DCL, a DEF solicitou pauta de uma nova Revisão Orçamentária para a reunião do CA de 08 de agosto de 2013, tendo sido este tema transferido para a reunião do dia 19 de setembro de 2013. Ainda em 2013, para difundir a condição de

planejamento financeiro de toda a Companhia foi aprovado a reestruturação do Comitê Orçamentário (Deliberação 014/2013). A nova estrutura apresentada a seguir permitirá um maior aprofundamento nas discussões técnicas para elaboração do orçamento da Companhia.



Ainda em 2012, com a contratação da empresa Roland Berger, a DEF, utilizando como base as premissas repassadas pelas demais diretorias, realizou projeção da Demonstração do Resultado do Exercício – DRE e do Fluxo de Caixa para o período de 05 anos, visando assim atender a demanda de aprovação de um Plano Diretor. **Ítem: “carência de acompanhamento sistemático de resultados (orçado x realizado), bem como a característica de o planejamento financeiro estar focado no imediatismo, em detrimento da análise do fluxo de caixa no longo prazo”**

Resposta: A partir de abril de 2012 a DEF buscando manter a Diretoria Executiva e o CA informado dos principais resultados desenvolveu uma Base de Acompanhamento, sendo esta atualizada e encaminhada mensalmente com dados técnicos, financeiros e econômicos da Companhia a Diretoria Executiva e aos Conselheiros de Administração. Cabe ressaltar que esta Base de Acompanhamento foi desenvolvida pela DEF com a orientação do coordenador do Comitê Financeiro (Conselheiro Daniel Arruda). A Base de Acompanhamento é composta por 10 Abas, apresentadas a seguir: **1) Desempenho Operacional – Celesc D: Acompanhamento do DEC, FEC, Perdas Técnicas e não Técnicas;**

DEC - Duração de Interrupções (acumulado) - Horas												
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
2010	1,37	2,7	4,01	4,95	5,92	6,79	7,86	8,74	9,86	11,05	12,15	13,53
2011	1,8	3,35	4,86	6,1	7,01	8,28	9,43	10,78	11,89	13,17	14,8	17,14
2012	1,6	3,51	5	6,18	7,2	8,28	9,46	10,51	11,73	13,38	14,32	16,48
2013	1,43	2,96	4,16	5,28	6,41	7,39	8,86					

onte: DDIDPOP

FEC - Frequência de Interrupções (acumulado) - número												
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
2010	1,07	2	2,99	3,73	4,46	5,16	5,93	6,66	7,49	8,28	9,11	10,22
2011	1,27	2,39	3,44	4,33	4,95	5,81	6,62	7,6	8,33	9,25	10,42	11,82
2012	1,2	2,47	3,44	4,24	5,02	5,76	6,5	7,23	8,2	9,4	10,19	11,79
2013	0,98	2,01	2,85	3,58	4,32	5,02	5,84					

onte: DDIDPOP

Perdas Técnicas e não Técnicas (% acumulado nos últimos 12 meses)												
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
2010	7,38	7,84	7,25	6,81	7,45	7,55	7,94	7,95	7,75	7,79	7,73	7,73
2011	7,76	7,34	7,54	7,92	7,94	7,84	7,8	7,8	7,66	7,44	7,5	7,38
2012	6,97	7,24	6,91	7,74	6,49	6,46	6,33	6,27	6,3	6,77	6,81	6,98
2013	6,68	6,3	6,38	6,77	6,92	6,3	6,91	0	0	0	0	0

onte: DCL/DPCM

Perdas Técnicas (% acumulado nos últimos 12 meses)												
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
2011	6,11	6,11	6,11	6,11	6,11	6,11	6,11	6,11	6,11	6,11	6,11	6,11
2012	6,1	6,1	6,09	6,17	6,06	6,08	6,07	6,07	6,07	6,06	6,05	6,05
2013	6,3	6,3	6,3	6,3	6,3	6,3	6,3					

onte: DCL/DPCM

Perdas não Técnicas (% acumulado nos últimos 12 meses)												
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
2011	1,65	1,23	1,43	1,81	1,83	1,73	1,69	1,69	1,55	1,33	1,49	1,27
2012	0,87	1,14	0,82	1,57	0,41	0,38	0,26	0,2	0,23	0,71	0,76	0,33
2013	0,38	0	0,08	0,47	0,62	0,6	0,61					

2) Balanço Energético – Celesc D: Acompanhamento do Consumo do Mercado Cativo, (realizado do período do ano anterior comparado com o realizado do mesmo período do ano atual e do orçado para o ano);

**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

2013	Junho				Resultado 2T13					
	jun/12	Orç. jun/13	jun/13	Real Vs Orç.	2013 Vs 2012	2T12	Orç. 2T13	2T13	Real Vs Orç.	2T13 Vs 2T12
Balanco Energético Distribuição										
Demanda de energia (GWh)	1.799	1.327	1.903	43,4%	5,8%	5.563	4.133	5.885	42,4%	5,8%
Mercado Cativo	1.281	1.327	1.332	0,4%	3,9%	3.998	4.133	4.020	-2,7%	0,5%
Residencial	365	386	390	0,8%	6,8%	1.113	1.180	1.148	-2,7%	3,2%
Industrial	390	389	387	-0,4%	-0,6%	1.199	1.196	1.148	-4,0%	-4,2%
Comercial	242	256	256	-0,2%	5,7%	797	843	807	-4,2%	1,3%
Rural	89	95	95	0,5%	6,4%	282	299	287	-3,9%	1,7%
Público (Poder, Iluminação e Serviço)	97	97	104	6,7%	6,5%	301	299	308	3,1%	2,4%
Suprimento de Energia Elétrica	97	103	100	-3,2%	2,5%	303	313	318	1,5%	4,8%
Consumo próprio	1	1	1	-7,3%	-4,2%	3	3	3	-9,7%	-6,7%
Mercado Livre	400		460		14,9%	1.231	-	1.418		15,2%
Perdas	118		111		-5,2%	334	-	448		34,0%

Fonte: DCL/DPCM

3) **Investimento – Celesc D:** Acompanhamento do Orçamento de Investimento da Celesc D, (realizado do período do ano anterior comparado com o realizado do mesmo período do ano atual e do orçado para o ano);

DENOMINAÇÃO	Junho				Resultado 2T13					
	jun/12	Orç. jun/13	jun/13	Real Vs Orç.	2013 Vs 2012	2T12	Orç. 2T13	2T13	Real Vs Orç.	2T13 Vs 2T12
Investimento Celesc Distribuição S.A (em R\$ mil)										
SD Subestações	2.111	4.445	3.015	-32,2%	42,8%	7.949	13.336	13.368	0,2%	68,2%
SD Rede de Distribuí	5.509	5.332	5.475	2,7%	-0,6%	18.717	15.996	15.285	-4,4%	-18,3%
SD Via Manutenção	1.451	1.593	2.570	61,4%	77,1%	7.291	4.778	5.538	15,9%	-24,0%
SD Outros	12	758	1.913	152,3%	16383,5%	279	2.275	2.053	-9,8%	636,7%
COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	486	3.120	2.423	-22,3%	398,9%	2.002	9.360	5.431	-42,0%	171,3%
TELECOMUNICAÇÃO	164	995	478	-52,0%	191,0%	211	2.985	1.563	-47,6%	642,0%
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2.349	1.062	1.723	62,3%	-26,6%	2.943	3.185	8.434	164,8%	186,6%
EDIFICAÇÕES E MOBILIÁRIOS	10	0	0			61	0	0		
VEÍCULOS	429	0	0			498	0	0		
OUTROS	250	338	24	-93,0%	-90,6%	487	1.014	256	-74,8%	-47,5%
FUNDO PATRIMONIAL	208	627	627	0,0%	201,8%	418	1.882	1.874	-0,4%	348,8%

Fonte: DEF/DPEF/DVOR
*Sistema de Orçamento - Investimento Corrente

Classe / período	Junho		
	jun/12	jun/13	2013 vs 2012
Residencial	21.008	14.177	-32,5%
Industrial	8.355	4.061	-51,4%
Comercial	7.016	4.689	-33,2%
Rural	1.727	1.053	-39,0%
Revenda	-	0	
Outros Créditos	2.169	1.703	-21,5%
Poder Público	191	298	56,0%
Iluminação Pública	99	80	-19,2%
Serviço Público	4	10	150,0%
TOTAL	40.569	26.071	-35,74%

Fonte: DCL/DPCR/DVIN

4) **Inadimplência – Celesc D:** Acompanhamento da Inadimplência, por faixa de atraso e enfoque na faixa de atuação da Celesc D, 31 a 90 dias; 5) **DRE – Celesc D:** Acompanhamento da DRE (realizado do período do ano anterior comparado com o realizado do mesmo período do ano atual e do orçado para o ano);




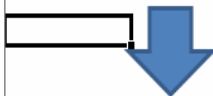
2013	Junho					Res	
	jun/12	Orç. jun/13	jun/13	Real Vs Orç.	2013 Vs 2012	2T12	Orç. 2T13
DRE (IFRS) - Celesc Distribuição							
Receita Operacional Bruta (R\$ mil)	512.491	519.366	462.243	-11,0%	-9,8%	1.589.612	1.746.878
Fornecimento de Energia Elétrica	434.029	410.155	354.324	-13,6%	-18,4%	1.357.982	1.282.790
Suprimento de Energia Elétrica	8.678	9.442	8.101	-14,2%	-6,6%	26.965	29.939
Disponibilização de Rede Elétrica	30.285	31.308	17.248	-44,9%	-43,0%	90.144	93.924
Arrendamento e Aluguéis	3.105	3.036	3.561	17,3%	14,7%	9.114	9.107
Renda de Prestação de Serviços	379	388	441	13,7%	16,4%	1.775	1.821
Outras Receitas	(230)	41.737	54.780	31,3%	-23917,4%	2.969	255.154
Receita Financeira	10.358	-	-	-	-	23.128	-
Receita de Construção	25.887	23.301	23.788	2,1%	-8,1%	77.535	74.143
						-	-
Deduções da Receita Operacional (R\$ mil)	(200.542)	(150.698)	(132.754)	-11,9%	-33,8%	(617.459)	(489.061)
ICMS	(104.674)	(96.834)	(84.656)	-12,6%	-19,1%	(326.615)	(309.325)
ISS	(19)	-	(16)	-	-15,8%	(56)	-
RGR	(4.097)	-	-	-	-	(12.289)	-
Pis / Cofins	(46.856)	(45.886)	(40.381)	-12,0%	-13,8%	(143.644)	(154.728)
CDE	(17.324)	(4.838)	(4.838)	0,0%	-72,1%	(51.969)	(14.514)
CCC	(23.590)	-	(1)	-100,0%	-	(70.769)	-
P&D	(1.531)	(1.559)	(1.506)	-3,4%	-1,6%	(4.660)	(5.218)
PEE	(1.531)	(1.559)	(1.356)	-13,0%	-11,4%	(4.660)	(5.218)
Outras Deduções	(918)	(21)	-	-	-	(2.797)	(58)
ECE	-	-	-	-	-	-	-
						-	-
Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	311.949	368.669	329.489	-10,6%	5,6%	972.153	1.257.818
						-	-
Custo com Energia Elétrica (R\$ mil)	(267.654)	(268.491)	(352.629)	31,3%	31,7%	(778.951)	(922.168)
Energia Elét.Comp.Rev.+ Encargos	(214.261)	(239.097)	(324.873)	35,9%	51,6%	(638.932)	(833.984)
Encargos do Uso da Rede	(44.417)	(18.946)	(18.379)	-3,0%	-58,6%	(114.413)	(56.837)
PROINFA	(8.976)	(10.449)	(9.377)	-10,3%	4,5%	(25.606)	(31.348)
						-	-

6) DRE – REGULATÓRIO x IFRS – Celesc D: Acompanhamento da DRE no modelo Regulatório comparado com o modelo IFRS;





DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO - Celesc D	30/06/2013			2 Trimestre 2013		
	Regulatório	Ajuste	IFRS	Regulatório	Ajuste	IFRS
Receita Operacional Bruta (R\$ mil)	435.337	26.906	462.243	1.419.937	55.884	1.475.821
Fornecimento de Energia Elétrica	351.834	2.490	354.324	1.095.730	7.952	1.103.682
Suprimento de Energia Elétrica	8.101	-	8.101	25.492	-	25.492
Ativo/Passivo Regulatório	(510)	510	-	25.798	(25.798)	-
Disponibilização da Rede Elétrica	17.130	118	17.248	51.695	373	52.068
Encargo de Capacidade Emergencial	-	-	-	-	-	-
Encargo Aquisição E. E. Emergencial	-	-	-	-	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	26.917	-	26.917	126.292	-	126.292
Arrendamentos e Aluguéis	3.561	-	3.561	11.073	-	11.073
Renda da Prestação de Serviços	441	-	441	749	-	749
Serviço Taxado	1.162	-	1.162	3.081	-	3.081
Doações e Subvenções	26.625	-	26.625	79.873	-	79.873
Receita Financeira	-	-	-	-	-	-
Receita de Construção	-	23.788	23.788	-	73.357	73.357
Outras Receitas	76	-	76	154	-	154
Deduções da Receita Operacional (R\$ mil)	(133.905)	1.151	(132.754)	(415.485)	3.453	(412.032)
ICMS sobre Energia Elétrica Vendida	(84.656)	-	(84.656)	(258.519)	-	(258.519)
ISS	(16)	-	(16)	(49)	-	(49)
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-	-	-	-	-
Cofins	(33.178)	-	(33.178)	(106.285)	-	(106.285)
Pis	(7.203)	-	(7.203)	(23.075)	-	(23.075)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(5.990)	1.152	(4.838)	(17.968)	3.454	(14.514)
Conta de Consumo de Combustíveis - CCC	-	(1)	(1)	-	(1)	(1)
Pesquisa & Desenvolvimento P&D	(1.506)	-	(1.506)	(5.020)	-	(5.020)
Eficiência Energética - PEE	(1.356)	-	(1.356)	(4.569)	-	(4.569)
Encargo de Capacidade Emergencial	-	-	-	-	-	-
Encargo Aquisição E. E. Emergencial	-	-	-	-	-	-
Outros Encargos	-	-	-	-	-	-

7) Despesas Operacionais – Celesc D: Acompanhamento das Despesas Operacionais (realizado do período do ano anterior, comparado com o realizado do mesmo período do ano atual);

	Junho			Acumulado		
	Jun/12	Jun/13	12 vs 13	2012	2013	12 vs 13
Pessoal Total	40.849.793,13	48.699.566,75	19,22%	255.614.504,66	293.201.518,30	14,70%
Administradores Total	50.146,04	-		436.581,67	9.571,19	-97,81%
Material Total	1.397.485,54	1.261.701,63	-9,72%	11.662.671,39	8.401.576,13	-27,96%
Serviço de Terceiros Total	13.440.811,37	15.286.235,08	13,73%	80.853.409,87	96.837.169,17	19,77%
Taxa de Fiscalização ANEEL Total	889.065,40	929.723,89	4,57%	5.334.392,40	5.578.343,34	4,57%
Energia Elétrica Comprada Revenda - CP Total	46.373.390,54	12.894.521,09	-72,19%	173.556.934,83	82.565.230,48	-52,43%
Energia Elétrica Comprada Revenda Total	136.947.338,18	18.473.074,66	-86,51%	969.857.324,18	1.217.913.687,43	25,58%
Encargos de Uso da Rede Total	45.534.195,55	26.367.669,74	-42,09%	229.533.169,03	236.669.654,50	3,11%
PROINFA Total	7.141.780,77	9.051.847,50	26,74%	39.547.611,01	54.803.200,98	38,58%
Depreciação Total	9.978.062,96	46.136.244,43	362,38%	59.471.873,86	98.430.031,07	65,51%
Amortização Total	1.525.140,56	2.524.512,73	65,53%	9.435.727,32	10.556.072,29	11,87%
Arrendamento e Aluguéis Total	722.614,75	918.563,70	27,12%	4.069.065,76	6.093.639,19	49,76%
Seguros Total	1.654.935,32	1.662.345,01	0,45%	1.716.452,59	1.717.867,16	0,08%
Tributos Total	509.494,86	362.823,19	-28,79%	3.540.959,26	2.849.164,63	-19,54%
Doações, Contribuições e Subvenções Total	450.000,00	-		576.000,00	30.000,00	-94,79%
Provisão Total	13.032.056,76	46.450.431,14	256,43%	55.863.087,76	120.360.756,13	115,46%
Reversão de Provisão Total	(1.464.274,25)	(7.501.572,78)	412,31%	(14.216.396,46)	(49.695.481,18)	249,56%
Recuperação de Gastos Total	(1.122.761,27)	(14.327.060,45)	1176,06%	(8.727.892,54)	(136.448.840,46)	1463,37%
Outras Despesas Total	4.082.426,39	3.002.523,96	-26,45%	25.120.966,23	63.055.965,03	151,01%
Total geral	321.991.702,60	212.193.151,27	-34,10%	1.903.246.442,82	2.112.929.125,38	11,02%

8) **Balço Patrimonial – Celesc D: Acompanhamento do Balço Patrimonial (realizado do período do ano anterior, comparado com o realizado do mesmo período do ano atual);**

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO (R\$ MIL)				
DENOMINAÇÃO	6M12	6M13	Δ	7M12
CIRCULANTE	1.233.868	1.246.356	1,01%	1.197.462
Caixa e Equivalentes de Caixa	269.013	428.470	59,27%	232.656
Títulos e Valores Mobiliários	15.774	-		15.874
Contas a Receber	821.910	730.106	-11,17%	825.108
Estoques	16.809	12.365	-26,44%	15.897
Tributos a Recuperar	64.282	34.742	-45,95%	64.139
Outros Créditos	46.080	40.673	-11,73%	43.788
NÃO CIRCULANTE	3.182.062	3.572.963	12,28%	3.195.856
Títulos e Valores Mobiliários	2.077.309	2.495.836	20,15%	2.097.576
Contas a Receber	111.165	47.355	-57,40%	109.523
Tributos a Recuperar	21.044	20.210	-3,96%	21.971
Tributos Diferidos	401.865	580.984	44,57%	405.660
Depósitos Judiciais	146.842	126.208	-14,05%	148.241
Outros Créditos	1.642	3.182	93,79%	1.926
Intangível	422.195	299.188	-29,14%	410.959
TOTAL DO ATIVO	4.415.930	4.819.319	9,13%	4.393.318
BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO (R\$ MIL)				
DENOMINAÇÃO	6M12	6M13	Δ	7M12
CIRCULANTE	1.161.031	1.317.712	13,49%	1.088.272
Fornecedores	465.135	543.580	16,86%	394.778
Empréstimos e Financiamentos	157.767	178.685	13,26%	133.870
Salários, Provisões Trab. e Encargos Sociais	126.805	106.877	-15,72%	132.029
Tributos e Contribuições Sociais	72.284	94.938	31,34%	88.978
Dividendos e JCP Propostos	-	-		-
Taxas Regulamentares	171.771	80.623	-53,06%	170.390
Partes Relacionadas	14.200	9.812	-30,90%	14.112
Passivo Atuarial	119.818	100.398	-16,21%	119.977
Outros Passivos	33.251	202.799	509,90%	34.138

9) Fluxo de Caixa – Celesc D: Acompanhamento do Fluxo de Caixa da Celesc D, (realizado do período do ano anterior comparado com o realizado do mesmo período do ano atual e do orçado para o ano);



FLUXO DE CAIXA EM R\$ (MIL)	Junho				
CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.	jun/12	Orç. jun/13	jun/13	Real Vs Orç.	2013 Vs 2012
(-) OUTRAS ENTIDADES E COSIP	(19.452)	(18.257)	(19.564)	7,2%	0,6%
(=) ARRECADAÇÃO DA RECEITA	484.328	512.014	581.919	13,7%	20,1%
(-) ICMS, PIS E COFINS	(127.188)	(135.197)	(87.249)	-35,5%	-31,4%
(=) ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	357.141	376.817	494.670	31,3%	38,5%
(-) ENERGIA COMPRADA	(237.385)	(301.851)	(254.860)	-15,6%	7,4%
(-) ENCARGOS SETORIAIS	(54.884)	(17.375)	(16.417)	-5,5%	-70,1%
(-) P&D E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	(1.590)	(10.610)	(3.369)	-68,2%	111,9%
(=) ARRECADAÇÃO PRÓPRIA	63.282	46.982	220.024	368,3%	247,7%
(-) CUSTO ESTRUTURAL	(73.810)	(77.120)	(98.598)	27,9%	33,6%
(=) RESULT. DO SERV.ANTES DO IRPJ/CS	(10.528)	(30.138)	121.426	-502,9%	-1253,3%
(-) IRPJ/CSLL	(208)	(17.412)	(2.206)	-87,3%	959,0%
(=) RESULTADO DO SERVIÇO	(10.737)	(47.551)	119.220	-350,7%	-1210,4%
(-) SERVIÇO DA DÍVIDA	(18.254)	(1.992)	(26.424)	1226,5%	44,8%
(-) DIVIDENDOS / JCP	(59.500)	-	-		
(=) SALDO ANTES DA ENT. DE RECURSOS	(88.490)	(49.543)	92.796	-287,3%	-204,9%
(+) SALDO INICIAL	298.055	71.958	305.421	324,4%	2,5%
(+) ENTRADA DE RECURSOS	31.790	25.084	13.891	-44,6%	-56,3%
(=) SALDO COM ENTRADA DE RECURSOS	241.355	47.500	412.108	767,6%	70,7%
(-) INVESTIMENTO	(14.463)	(18.710)	(17.770)	-5,0%	22,9%
(=) SALDO FINAL	226.892	28.789	394.338	1269,7%	73,8%

FONTE: DEF/DPEF/DVPF

10) Dashboard – Grupo Celesc: Acompanhamento dos principais números Consolidado, Celesc H, Celesc G, Celesc D, SCGÁS, com dados financeiros, econômicos e técnicos de cada empresa.

**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.



	Data de referência (MMM/AA):		Junho				
	2013		jun/12	Orç. jun/13	jun/13	Real Vs Orç.	2013 Vs 2012
Consolidado							
Receita Operacional Bruta (R\$ mil)			533.596	525.624	470.286	-10,5%	-11,9%
(-) Deduções da Receita			(204.308)	(152.211)	(134.426)	-11,7%	-34,2%
(=) Receita Operacional Líquida (R\$ mil)			329.288	373.413	335.860	-10,1%	2,0%
(-) Despesas Operacionais (R\$ mil)			(391.307)	(354.837)	(492.033)	38,7%	25,7%
(=) Resultado da Atividade (R\$ mil)			(62.019)	18.576	(156.173)	-940,7%	151,8%
(+/-) Resultado Financeiro/Despesas não Operacionais (R\$ mil)			2.593	3.251	16.015	392,6%	517,6%
(=) Lucro/Prej. Antes do IRPJ E CSLL (R\$ mil)			(59.426)	21.827	(140.158)	-742,1%	135,9%
(-) IRPJ E CSLL Corrente (R\$ mil)			24.096	(8.154)	(394)	-95,2%	-101,6%
(+/-) IRPJ E CSLL Diferidos (R\$ mil)			1.636	6.907	(36.427)	-627,4%	-2326,6%
(=) Lucro/Prejuízo Líquido (R\$ mil)			(33.694)	20.581	(176.979)	-959,9%	425,3%
EBITDA (R\$ mil)			(48.815)	32.929	(139.087)	-522,4%	184,9%
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)			-14,82%	8,82%	-41,41%	-569,6%	179,3%
Celesc Holding							
Dividendo / JCP recebido (R\$ mil)			62.523	-	337		-99,5%
PMSO (R\$ mil)			(226)	(3.714)			
Pessoal			(2.117)	(2.532)	(1.842)	-27,3%	-13,0%
Material			-	(5)	-		
Serviço			(198)	(1.090)	(1.262)	15,8%	537,4%
Outros			2.089	(87)	(45)	-48,3%	-102,2%
Lucro Líquido (R\$ mil)			(33.895)	874	(177.090)	-20372,8%	422,5%
Caixa (R\$ mil)			37.064	8.281	22.822	175,6%	-38,4%
						v	
ção							
Energia vendida (GWh)			59				
Receita líquida (R\$ mil)			7.314	4.745	6.514	37,3%	-10,9%
Resultado do serviço - EBIT (R\$ mil)			4.242	2.052	1.512	-26,3%	-64,4%
Margem de serviço (%)			58,0%	43,2%	23,2%		
EBITDA (R\$ mil)			4.814	2.619	5.652	115,8%	17,4%

A DEF destaca que esta Base de Acompanhamento poderá ser modificada, com inclusão de novas informações para atender a necessidade da Diretoria Executiva e/ou ao CA. A partir de julho de 2013, a DEF passou a enviar relatórios mais analíticos (Anexo 6) a Diretoria Executiva e aos Conselheiros de Administração, facilitando assim um melhor entendimento sobre a real situação econômico-financeira da Companhia. Cabe ressaltar que isto só foi possível, tendo em vista a contratação de Economistas e Contadores e a reestruturação que aconteceu na DEF. No que tange a análise de longo prazo, com a aprovação do Plano Diretor, a Companhia realiza a projeção de fluxo de caixa para o período de 05 anos. A construção deste é com base em premissas repassadas pela DCL: Consumo Mercado Cativo (Receita de Fornecimento de Energia); Demanda de Energia a ser contratada (Despesas de Energia comprada p/ Revenda) e pela Diretoria de Gestão Corporativa – DGC: Despesas de Pessoal. Já as Despesas de MSO e Investimento, são projetadas pela DEF, de acordo com premissas pré-definidas, as Despesas de Serviço da Dívida são projetadas conforme o estipulado nos contratos de empréstimos e financiamento contraídos pela Companhia. O que afeta esta projeção são os fatos não-recorrentes, tais como despesas de difícil previsibilidade (despacho térmico), receitas não previsíveis (subsídios, subvenções, recuperações de despesas). Cabe ainda destacar que após cada realização mensal, o Comitê Orçamentário se reúne e realiza revisões das projeções, ajustando as mesmas com base nas realizações, essas projeções são utilizadas para análise interna, tendo em vista que o CA aprova o orçamento anual, fazendo revisões da Peça Orçamentária com base nessas novas projeções apresentadas pela DEF. **Ítem: “planejamento financeiro insuficiente, com a diretoria financeira baseando-se no fluxo de caixa de curto**

prazo, faz com que a visão de longo prazo fique comprometida. Não há planejamento e visão estratégica sobre um plano de captação de recursos, que, inclusive, conta das atribuições da diretoria no Estatuto Social da Companhia.” Resposta: Antes de detalharmos o planejamento das captações, cabe aqui relatar algumas considerações sobre as restrições que afetam a alavancagem e a estruturação eficiente de capital nas empresas estatais. As empresas estatais prestadoras de serviços públicos, a exemplo da Celesc D, são classificadas como não dependentes pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, ou seja, sua estrutura de custos é totalmente atendida pela geração de caixa de suas operações, no entanto, Resoluções Normativas do Conselho Monetário Nacional – CMN e do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES restringem seu endividamento. A Resolução mais relevante, a de nº 2.827, editada pelo CMN em 30 de março de 2001, consolida e redefine as regras para o contingenciamento do crédito ao setor público. Desta forma, os financiamentos destinados ao setor público de energia elétrica, sejam para projetos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, estão sujeitos às regras estipuladas na referida resolução, bem como ao limite de contingenciamento de crédito. Com isso, as empresas estatais sofrem restrições na obtenção de financiamento, sendo esse um tratamento jurídico evidentemente desigual em relação às empresas privadas do mesmo setor e mais oneroso no que toca aos meios para o desenvolvimento de sua atividade. Tal como exposto, o entrave importante oriundo dessa Resolução decorre da estipulação do limite de 45% do Patrimônio Líquido de referência que as instituições financeiras dispõem para operar com o setor público. Em termos práticos, isso significa que a Celesc D não tem a mesma liberdade de escolha, em comparação com outras empresas privadas, quanto a fonte de financiamento mais atraente. Isso porque a instituição financeira com melhores condições de financiamento pode não dispor de limite suficiente para conceder o crédito no montante necessário. Outra restrição imposta por essa mesma Resolução é a vedação aos bancos e demais instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central – BC em receber, em qualquer modalidade de operação de crédito, como garantia principal ou acessória, ativos e bens da empresa, mas somente duplicatas de venda mercantil ou de prestação de serviços sacadas contra a mesma. Além disso, as concessões de tais garantias, entretanto, devem passar pela anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O mesmo se passa com financiamentos oferecidos pelo BNDES, pois, ainda que disponibilizados por operações diretas e indiretas, os respectivos valores são contabilizados para efeito de contingenciamento. Com todas essas restrições ao recebimento de garantias, muitos bancos, do ponto de vista de crédito não aprovam o financiamento. Sendo assim, para que a instituição financeira aprove a concessão de empréstimo para a Celesc D, impõe-se, além da estruturação de garantias, a avaliação do limite disponível para a realização do contingenciamento de crédito. Cabe ressaltar aqui que hoje a Celesc D possui 100% das suas duplicatas disponíveis lastreadas com contratos de financiamento – capitais de giro Banco do Brasil e Finames. Com relação aos Finames, em empresas privadas o próprio bem serve como garantia operação, diferente das empresas públicas, as quais são exigidas duplicatas como garantia, comprometendo nossa margem disponível. Neste cenário de restrições, as empresas estatais procuraram alternativas de crédito equivalentes àquelas dadas as empresas privadas. No setor energia elétrica, a Celesc D é a única estatal que não possui acesso ao BNDES, dentro das excepcionalidades que o Banco oferece, quais sejam: cidades sede da Copa do Mundo e obras elencadas no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. A Celesc D tem buscado junto ao Tesouro Nacional, via Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – Abradee, medidas de curto prazo que não envolvem alteração legislativa, apenas recortes setoriais, nos moldes de uma série de outros pedidos de exceção aprovados e implementados nos últimos anos. O setor elétrico passaria a ter permissão para um limite extra de endividamento, associado a realização de

investimentos em geração e distribuição de energia elétrica. Por outro lado, a Celesc D também solicitou ao Governo do Estado de Santa Catarina o oferecimento de seu limite de concessão de garantias para que a Companhia pudesse buscar recursos no BNDES e no Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Tal limite foi concedido no valor de R\$300 milhões, desde que haja a contragarantia da Companhia. As ações que estão sendo realizadas junto às instituições estão descritas a seguir. Até julho de 2012, diante das dificuldades impostas pela legislação em buscar financiamento a Celesc D financiava seus projetos (80% dos projetos elencáveis) pela Eletrobrás por meio de recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, recursos estes mais atrativos para o setor de distribuição de energia elétrica. Com o advento da MP 579/12, esta linha de crédito foi suspensa. Diante das incertezas que envolviam o setor naquela época, a Celesc D adotou medidas que priorizassem a compra de equipamentos por meio de Finame. Por outro lado, em setembro como o Despacho Térmico em eminência, a Celesc D realizou tomada de preços no mercado e contratou uma operação de crédito subsidiada com recursos Federais para crédito Agroindustrial no valor de R\$110 milhões, a preço médio de taxa Selic à época, aprovada pelo CA em outubro de 2012. Com a continuidade do Despacho Térmico e a conseqüente deterioração do caixa da Companhia, considerando que a linha anteriormente contratada possuía taxa de juros equivalente a operações de longo prazo similares no BNDES, mas com a agilidade que o momento requeria, a Companhia apresentou ao CA em janeiro de 2013 a extensão para a contratação do limite crédito Agroindustrial para mais R\$89 milhões. O CA naquela oportunidade solicitou que a DEF buscasse uma operação estruturada para financiar seus investimentos para 2014 e 2015, visto que o funding das obras em 2013 já estariam cobertos ainda com os contratos vigentes da Eletrobrás. A DEF fez uma pesquisa com os maiores players do mercado e com outras empresas do setor a melhor opção de estrutura de operação via mercado de capitais e apresentou as alternativas em fevereiro de 2013 para o CA. O CA solicitou que a Companhia cotasse uma operação, via emissão de debêntures, por meio do Normativo ICVM 476, na mesma reunião. Em abril de 2013, a DEF levou ao CA a menor taxa recebida por meio de processo seletivo onde participaram 04 instituições financeiras dentre as 15 convidadas. A operação foi liquidada em maio de 2013, prazo considerado muito ágil, tendo em vista a complexidade das aprovações (Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, ANEEL, Assembleia dos Acionistas). Desta forma, os investimentos da Celesc D programados para 2014 e 2015, dentro do limite anual de R\$150 milhões, estão garantidos com a captação via debêntures. Para a Celesc G, a DEF tem realizado reuniões técnicas com o BID, em missões em Brasília e na sede da Companhia, visando financiar seu plano de repotenciação das PCH's. O BID demonstrou muito interesse em participar dessa operação e com a possibilidade do Governo do Estado de Santa Catarina em disponibilizar o seu limite dentro do contingenciamento, faltando apenas a decisão interna em repotenciar ou não o seu parque gerador. Após essa informação, a DEF buscará a anuência do Tesouro Nacional para que a União forneça à garantia soberana ao BID. Outras ações estão sendo realizadas em paralelo às captações pretendidas com o BID e BNDES, entre elas: i) FINEP: participação no edital Inova Energia com R\$120 milhões em projetos de eficiência energética, em julho 2013; ii) Fundo Imobiliário: reunião técnica em instituições com a expertise de criação desse fundo e tratativas com a ANEEL para aprovação dessa modelagem no setor de energia, visto se tratar de modelo inédito no setor de distribuição; iii) Captação a Fundo Perdido: parceria com empresa contratada pela Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica – ABCE para captação de recursos não reembolsáveis via fundos nacionais e internacionais para projetos na área socioambiental e inovação tecnológica.

Ítem: “a diretoria financeira utilizou o cartão de crédito corporativo para pagamento de despesas correntes, o que é pouco eficiente do ponto financeiro.” Resposta: A decisão de

realizar Despacho Térmico, sem um critério bem definido, fez com que o custo de energia sofresse grande elevação, deteriorando o caixa de todas as distribuidoras de energia elétrica do Brasil. Forçando-as a buscar alternativas de recomposição junto ao Governo Federal, tendo em vista que o modelo é de reajuste anual. Para que pudesse chegar a um consenso a Abradee realizou várias reuniões, com o objetivo de uma solução para não inviabilizar o setor, que estava na iminência da inadimplência. A utilização do cartão de crédito corporativo aconteceu apenas no momento em que a empresa aguardava os tramites necessários para a liberação dos recursos obtidos por meio da captação por Debêntures. No período de janeiro a maio de 2013, a Companhia efetuou o pagamento de R\$212 milhões em despesas no cartão de crédito corporativo, gerando um encargo de R\$3,1 milhões, em percentual representando 1,46% sobre o total da utilização. Muitas das despesas pagas com o cartão de crédito corporativo, caso não tivessem sido pagas gerariam multa de 2% por atraso, mais 1% de juros mensal, evidenciando que só por não gerar a multa, o cartão apresentou-se como mais vantajoso para a companhia no momento em que foi utilizado. Lembramos ainda que o não pagamento de certos títulos, tais como impostos e custo de energia, geraria a negativação da empresa não permitindo a captação de recursos junto a instituições financeiras. **Ítem: “a diretoria financeira tardou em estruturar um plano mais robusto para a equalização da estrutura de capital da companhia e sua liquidez” Resposta:** A título de conhecimento, segue tabela com os valores dos contratos de financiamento vigentes no 2º trimestre de 2013, com suas respectivas taxas de juros e com o cálculo da taxa de juros ponderada de cada contrato. Nota-se que para total dos contratos a taxa de juros ponderada é de 7,97% a.a., abaixo da Selic apurada no período que foi de 8,5%

2º Trimestre de 2013

Empréstimos	Saldo a Pagar	Peso da dívida em relação ao total	Taxa de Juros com spread	Taxa de Juros Ponderada
000 - Debêntures	300.832,96	40,77%	9,12%	3,72%
135 - Banco do Brasil (Giro2)	110.662,23	15,00%	7,55%	1,13%
138 - Banco do Brasil (Giro3)	89.534,25	12,13%	7,55%	0,92%
105 - Eletrobrás 2734	59.962,62	8,13%	7,10%	0,58%
107 - Eletrobrás 2872	46.635,75	6,32%	7,10%	0,45%
130 - Eletrobrás 2980	29.770,49	4,03%	7,10%	0,29%
131 - Eletrobrás 2986	25.721,34	3,49%	7,10%	0,25%
104 - Eletrobrás 0219	13.980,24	1,89%	7,10%	0,13%
139 - Eletrobrás 0317	8.768,60	1,19%	7,10%	0,08%
100 - Eletrobrás 0096	8.066,47	1,09%	7,10%	0,08%
117 - Finame 40-00620	7.602,52	1,03%	5,50%	0,06%
118 - Finame 40-00630	4.832,16	0,65%	5,50%	0,04%
126 - Eletrobrás 2721	3.892,88	0,53%	7,10%	0,04%
137 - Finame 40-00730	3.247,04	0,44%	5,50%	0,02%
119 - Finame 40-00623	3.049,92	0,41%	5,50%	0,02%
123 - Finame 40-00629	2.829,73	0,38%	5,50%	0,02%
132 - Finame 40-00726	2.423,00	0,33%	5,50%	0,02%
112 - Finame 40-00548	1.717,04	0,23%	5,50%	0,01%
111 - Finame 40-00523	1.600,20	0,22%	4,50%	0,01%
101 - Eletrobrás 0007	1.522,55	0,21%	7,10%	0,01%
120 - Finame 40-00624	1.289,58	0,17%	5,50%	0,01%
122 - Finame 40-00626	1.269,78	0,17%	5,50%	0,01%
127 - Finame 40-00656	1.156,15	0,16%	8,70%	0,01%
121 - Finame 40-00625	1.099,67	0,15%	5,50%	0,01%
134 - Finame 40-00728	1.041,95	0,14%	5,50%	0,01%
128 - Finame 40-00677	1.029,12	0,14%	8,70%	0,01%
129 - Finame 40-00678	839,79	0,11%	8,70%	0,01%
141 - Finame 40-00751	807,71	0,11%	2,50%	0,00%
133 - Finame 40-00727	753,42	0,10%	5,50%	0,01%
136 - Finame 40-00729	633,23	0,09%	5,50%	0,00%
109 - Finame 40-00526	597,09	0,08%	4,50%	0,00%
113 - Finame 40-00547	449,27	0,06%	5,50%	0,00%
110 - Finame 40-00522	140,86	0,02%	4,50%	0,00%
140 - Finame 40-00749	120,67	0,02%	2,50%	0,00%
103 - Eletrobrás 2603	20,38	0,00%	7,10%	0,00%
TOTAL	737.900,65	100,00%		7,97%

a.a..

Fonte: DPCL

Com relação ao planejamento para a estrutura ótima de capital, destacamos conforme a Nota Técnica nº 297/2011 e nº 95/211– SRE/ANEEL e o processo 48500.007102/2009-98 (referente à aprovação da metodologia e dos critérios gerais) a estrutura ótima de capital do terceiro ciclo

de revisões tarifárias periódicas das concessionárias de distribuição de energia elétrica é de 55% de dívida financeira e 45% de Patrimônio Líquido. A estrutura calculada considerou a participação do capital de terceiros das empresas distribuidoras de energia no Brasil. No 1º trimestre de 2013 o custo da dívida da Celesc D era assim disposto: a cada R\$10,00 investidos, R\$4,00 eram com recursos próprios e R\$6,00 com recursos de terceiros. Com a entrada das debêntures no 2º trimestre essa proporção foi otimizada para R\$3,36 de capital próprio e R\$6,64 de capital de terceiros, conforme demonstra a tabela a seguir:

	Anterior		Atual	
	1º Tri	2º Tri	1º Tri	2º Tri
Equity valores de mercado - E	30,63%	25,26%	40,25%	33,60%
Debt dívida financeira - D	69,37%	74,74%	59,75%	66,40%
Tax - T	34,00%	34,00%	34,00%	34,00%
Custo médio pond. da dívida fin. - Kd	9,52%	9,52%	7,23%	7,97%
(Risk Free) - RF	4,70%	4,70%	4,87%	4,87%
Beta desajustado	0,66	0,66	0,41	0,41
RF (Market Risk Premiun) - MRP	7,50%	7,50%	5,82%	5,82%
Risco do País - RP	0,00%	0,00%	4,25%	4,25%
bL	1,65	1,95	0,81	0,94
Ke	17,05%	19,32%	13,84%	14,62%
WACC	9,581%	9,575%	8,42%	8,40%

Fonte: DPCL

Observa-se que a Celesc D está dentro dos parâmetros considerados ótimos na estrutura de capital para o 3º Ciclo de Revisão Tarifária. Dentre as condições impostas pela legislação vigente anteriormente abordada, pela conjuntura do mercado com o fim dos contratos de concessão e suas incertezas quanto às renovações e, observando os limites de alavancagem estabelecidos nos termos do Capítulo IV, Artigo 23º e respectivos parágrafos do Estatuto Social da Companhia, conforme transcrição (destaques em negrito) abaixo: **“Artigo 23º – Na condução da administração da Companhia e na determinação do voto em controladas, subsidiárias e consórcios, o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva observarão e cumprirão as seguintes metas: a) manter o endividamento consolidado (excluídos os compromissos atuariais de longo prazo) da Companhia em valor igual ou inferior a 2 (duas) vezes o LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) da Companhia; b) limitar o montante consolidado dos recursos destinados a investimentos de capital e à aquisição de quaisquer ativos, por exercício social, ao equivalente a, no máximo, 40% (quarenta por cento) do LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortização) da Companhia; c) investir somente em projetos de distribuição, geração e transmissão que ofereçam taxas internas de retorno real mínimas iguais ou superiores àquelas previstas no Plano Diretor da Companhia, ressalvadas as obrigações legais; d) manter as despesas da Subsidiária Integral Celesc Distribuição S.A. e de qualquer controlada de distribuição em montantes não superiores aos reconhecidos nos reajustes e revisões tarifárias; e) manter as receitas da Subsidiária Integral Celesc Distribuição S.A. e de qualquer controlada de distribuição nos valores reconhecidos nos reajustes e revisões tarifárias. §1º As metas previstas no artigo 23º acima serão determinadas em bases consolidadas, considerando a Companhia e os seus investimentos permanentes nas Subsidiárias Integrais Celesc Distribuição S.A. e Celesc Geração S.A., controladas, coligadas e consórcios. §2º As metas estabelecidas nas alíneas “a” e “b”, do artigo 23º acima poderão ser ultrapassadas por motivos conjunturais, mediante justificativa e prévia e específica aprovação do Conselho de Administração, até os seguintes limites: a) endividamento consolidado da Companhia em valor igual ou inferior a 2,5 (duas e meia) vezes o LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortização) da Companhia; b) montante consolidado dos recursos destinados a investimentos de capital e à aquisição de quaisquer ativos, 65% (sessenta e cinco por cento) do LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortização) da Companhia.”** Inserida nesse contexto, a



Celesc

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

*Companhia está tomando todas as medidas necessárias visando uma captação de longo prazo junto às instituições financeiras que operam com taxas de juros subsidiadas, dentre elas cita-se o BID e o BNDES. Outros pontos estão sendo estudados pela equipe técnica, como a rolagem da dívida de 2014, pela renovação dos créditos agroindustriais. **Ítem: “reporte intempestivo de nova interpretação sobre o impacto contábil de eventos subseqüentes nos resultados da Companhia durante a última reunião do Conselho de Administração, sem prévia análise do Comitê Financeiro e sem compartilhar previamente tais ajustes com os Conselheiros e nem mesmo com o Diretor Presidente e Presidente do Conselho” Resposta:** Relativamente ao tópico, cumpre-nos esclarecer acerca dos fatos que resultaram no impacto contábil de eventos subseqüentes (CVA), nos resultados da Companhia referente ao 2º Trimestre de 2013. Em 06 de agosto de 2013, o Diário Oficial da União – DOU, publicou a Resolução nº 1574, que homologou o reajuste tarifário da Celesc D para o período de 07 de agosto de 2013 a 06 de agosto de 2014, bem como definiu o montante do valor da CVA a ser repassado a Celesc D por meio da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE. A Auditoria Externa (KPMG) após tomar conhecimento da referida resolução informou a Celesc, em 07 de agosto de 2013, que de acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 024 – Evento Subseqüente, estava avaliando a **possibilidade** de considerar o evento já no resultado de 2º Trimestre de 2013, tendo em vista que o resultado do 2º Trimestre de 2013 já havia sido aprovado pela Diretoria Executiva em 29 de julho de 2013. Diante da natureza e importância da matéria para a Companhia, o assunto foi levado ao conhecimento do Diretor Presidente e Diretor Econômico-Financeiro pela equipe técnica da DEF, nos momentos que antecederam a reunião do Comitê Financeiro, no dia 07 de agosto de 2013, sendo que na oportunidade foram informados de que a posição ainda não era a definitiva, fato este, que só foi confirmado pela Auditoria Externa a Companhia por volta das 19h, do mesmo dia, ou seja, após o encerramento da reunião do Comitê Financeiro. Em consequência da decisão final da Auditoria Externa, o Diretor Econômico-Financeiro, antes do início da reunião do Conselho de Administração, realizada em 08 de agosto de 2013, oficializou o fato diretamente ao Diretor Presidente da Celesc, assim como, da mesma forma, ao Presidente do CA. **Ítem “A imediata e completa reformulação da área financeira, dotando-a de executivos e técnicos com experiência comprovada e amplo conhecimento do mercado financeiro e relações com investidores, à altura tanto da crescente sofisticação das condicionantes do êxito e da sustentabilidade da Empresa, quanto dos padrões praticados pelo mercado em que inserida a Celesc.” Resposta:** É importante, destacar, que a Celesc por sua característica de empresa de economia mista, sendo o acionista majoritário o Governo do Estado, está obrigada a atender ao artigo 37 da Constituição Federal, no qual preconiza que a investidura em cargo ou emprego público, depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos. Considerando toda abordagem até aqui descrita, com as atividades e planejamentos elaborados pela DEF, o corpo técnico atende as necessidades da companhia. Cabe ainda ressaltar que a DEF compromissada com os resultados e metas empresariais, solicitou a inclusão no Concurso Público que foi realizado no final de 2012 a inclusão de contratação de economistas e contadores; A partir do mês de maio de 2013 a DEF passou a contar com 7 novos economistas e 9 novos contadores. Após a contratação a DEF organizou dois treinamentos específicos do setor elétrico, em parceria com a Fundação COGE – FUNCOGE: Contabilidade Operacional do Setor Elétrico e Planejamento Econômico-Financeiro do Setor Elétrico. Está em análise também a inscrição de alguns colaboradores da DEF em uma especialização de Finanças, Auditoria e Controladoria, munindo assim os empregados de capacitação necessária para o desenvolvimento do trabalho. A DEF buscando automatizar o processo de planejamento financeiro desenvolveu minuta de edital para contratação de empresa especializada para Licenciamento de Software com implementação de*

*solução para planejamento econômico-financeiro e gestão da performance corporativa em conformidade com as regras regulatórias e societárias vigentes para a Celesc , suas subsidiárias integrais e demais participações societárias, incluindo, mapeamento e desenvolvimento do processo, capacitação do uso do software e das soluções apresentadas. O início do processo de contratação do software está apenas dependendo da aprovação por parte do Departamento de Tecnologia da Informação – DPTI, após finalização da contratação de Business Intelligence – BI. **Ítem “Aceleração da implementação do Plano de Eficiência Operacional, de forma que a Companhia venha a entrar o quanto antes em uma situação econômico-financeira de acordo com os parâmetros estabelecidos pela ANEEL.”** A DEF vem atuando na implantação do plano de Eficiência Operacional conforme cronograma definido pela Diretoria Executiva e aprovado pelo CA, ou seja, nas iniciativas que são de sua responsabilidade e trabalhando em conjunto com as demais áreas da empresa e com a Roland Berger para auxiliar no dimensionamento dos ganhos. Com o recebimento do Ofício 735/2013 da ANEEL, a Companhia constituiu Comissão específica para definir um Plano de Ação, onde as iniciativas estratégicas definidas no Plano de Eficiência Operacional são a referência inicial. Diante do exposto, a DEF espera ter efetuado os esclarecimentos necessários e solicita que o conteúdo desta carta seja registrado na ata da reunião do CA que se realizará em 19 de setembro de 2013. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a Reunião do Conselho de Administração com a lavratura da presente ata, que após lida e achada conforme, foi assinada pelo Presidente, Secretária e Conselheiros presentes. Ata processada por meio eletrônico, cuja publicação é autorizada sob a forma de sumário. Florianópolis, 19 de setembro de 2013. Pedro Bittencourt Neto, Presidente, Vanessa E. R. Rothermel, Secretária.*

Pedro Bittencourt Neto
Presidente

Vanessa E. R. Rothermel
Secretária

Milton de Queiroz Garcia

Marcelo Gasparino da Silva

Pedro Henrique A. P. de Oliveira

Andriei José Beber

Antonio Marcos Gavazzoni

Edimar Rodrigues de Abreu

Marcelo Gasparino da Silva

Cleverson Siewert

Jair Maurino Fonseca

Roosevelt Rui dos Santos